

A SUDESUL E O PROJETO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: CONVERGÊNCIA DO PLANEJAMENTO NACIONAL E REGIONAL (1970-1990)

Talita Alves de Messias¹
Alcides Goularti Filho²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, existente de 1970 a 1990, dentro do contexto de planejamento brasileiro e catarinense. O PLS foi um projeto da SUDESUL para uma região que era a única do país a fornecer carvão coqueificável, e a única fonte significativa de enxofre. A região desempenharia, portanto, papel estratégico nas políticas nacionais de industrialização daquela década. O Projeto era vertebrador: unia a SUDESUL aos Governos Municipais, Estadual e Federal, e era um dos que recebia maior volume de verbas da superintendência. O trabalho passa por um histórico do planejamento brasileiro, a criação da SUDESUL, o planejamento do Estado catarinense, e ao entrar no estudo do PLS, percebemos o quanto ele se inseriu nesses processos de planejamento.

Palavras-chave: Projeto Litoral Sul de Santa Catarina; Planejamento; SUDESUL; História Econômica; Desenvolvimento regional.

THE SUDESUL AND THE SANTA CATARINA'S SOUTH COASTLINE PROJECT: CONVERGENCE OF THE NATIONAL AND REGIONAL PLANNING (1970-1990)

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the "Projeto Litoral Sul de Santa Catarina / PLS" (Santa Catarina's South Coast Project), active from 1970 to 1990, inside the context of Santa Catarina's and Brazil's planning. The PLS was a project created by the SUDESUL for a region which was the only one in Brazil to supply mineral coking coal, and the single significant source of sulfur. The region would, therefore, become strategic in public politics for industrialization during the 1970's. The project was binding: it united SUDESUL with the municipal, state and federal governments, and received the biggest amount of funds from the superintendence. This paper begins with a record of Brazil's planning, followed by the creation of the SUDESUL, a view on Santa Catarina's state planning, and a study of the PLS, which allows to understand the extent to which this project inserted itself into the planning processes.

Keywords: Santa Catarina's South Coast Project; Planning; SUDESUL; Economic History; Regional development.

JEL: O20

¹ Doutoranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestra em Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: talita-alves@hotmail.com

² Professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense do Curso de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS). E-mail: agf@unesc.net

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 1970 o Brasil viveu grandes experiências de planejamento econômico com os dois PNDs (Plano Nacional de Desenvolvimento), um *boom* de industrialização e crescimento econômico (o chamado “Milagre Econômico”), ao mesmo tempo em que aumentava a concentração de renda, a desigualdade regional, e vivia-se uma Ditadura Militar. Foram nesses anos que a SUDESUL (Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul) viveu seu auge, desenvolvendo seus maiores projetos para a região sul do Brasil, buscando compatibilizar os interesses nacionais ao desenvolvimento regional. O Projeto Litoral Sul de Santa Catarina foi criado nesse contexto: era a única região do país fornecedora de carvão coqueificável, e com base na pirita, a única fonte significativa de enxofre, que possuía papel estratégico nas políticas nacionais de industrialização daquela década.

Por isso essa microrregião foi alvo de um projeto vertebrador: a SUDESUL através dele compatibilizava os Governos Municipais, Estadual e Federal, e a ele destinava um dos maiores volumes de verbas de toda a autarquia. Além disso, o Litoral Sul de Santa Catarina foi incluído também no II PND como área estratégica, e já vinha sendo estudado pelo Governo de Santa Catarina através primeiramente do Projeto Catarinense de Desenvolvimento, dentro do Plano de Ação do Governo de Colombo Salles. Dentro da SUDESUL, o projeto foi criado em 1972, e foram desenvolvidas ações para o desenvolvimento do complexo carboquímico catarinense, agropecuária (sobretudo na Bacia do Rio Mampituba), turismo, entre outros subprojetos.

O objetivo deste artigo é estudar o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina da SUDESUL dentro do contexto de planejamento brasileiro e catarinense, para compreender como o PLS compatibilizava esses planos. O trabalho inclui além desta introdução, um breve histórico sobre a experiência brasileira de planejamento de 1930 a 1990, e posteriormente, a criação da SUDESUL como estratégia nacional de desenvolvimento regional. Em seguida, focaremos no planejamento do Estado catarinense, para depois adentrarmos ao PLS já com todo esse contexto anteriormente. Por fim, apresentaremos as considerações finais deste estudo.

2 BREVE HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL (1930-1970)

Na história social do capitalismo, foi observada certa regularidade na alternância de fases de “liberdade econômica” e fases de “regulação econômica” (PIRENNE, 1953, apud ARRIGHI, 1996, p. 251). Após as sucessivas tentativas de manutenção do liberalismo e a reestruturação do sistema comercial que marcara o mundo pré-1914, precipitou-se a crise terminal do Império Britânico e sua hegemonia liberal. Após a Grande Depressão dos anos 1930 e, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o protecionismo emergiu fortemente como política de Estado, caracterizando esta e as próximas décadas com políticas de planejamento como o *New Deal* norte-americano e os Planos Quinquenais soviéticos (ARRIGHI, 1996).

No Brasil, a década de 1930 marca também a parcial derrota das oligarquias agrárias pelas classes sociais urbanas, que permitiu mudanças estruturais nas relações entre Estado e sociedade. A indústria foi se tornando hegemônica no subsistema econômico brasileiro (IANNI, 2009), e a utilização da intervenção estatal na economia passou a ser considerada uma política de Estado na busca pelo progresso econômico. A partir de então, foram sendo elaborados planos econômicos no sentido de planejar e controlar a economia brasileira: durante o Estado Novo, foram criados o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional em 1939, e o Plano de Obras e Equipamentos em 1943.

Entretanto, esses primeiros planos não foram objetos de um estudo global e sistemático, assim como as ações de intervenção do Estado neste período (IANNI, 2009). As ações, que tinham como elemento básico o nacionalismo, eram resultados das situações e problemas conforme eles iam aparecendo e resolvidos de acordo com a união dos interesses e pressões, tanto econômicas e políticas quanto sociais e militares, e nem sempre nacionais, sobretudo nas questões econômicas e financeiras. No tocante à área geográfica específica que trataremos neste trabalho, o litoral sul de Santa Catarina, esse período tem especial importância por ser a fase em que a mineração de carvão passou a ser intensificada pela falta do minério no mercado mundial devido à Segunda Guerra, e assim essa região passa a exportar para o restante do país, já que era esse minério uma das bases da industrialização nacional.

Depois da Era Vargas, houve um período em que ganhou força um projeto de liberalismo econômico que criava condições para favorecer a entrada e saída de capital estrangeiro. E, apesar da busca pelo desmonte das estruturas que lembrassem o Estado Novo ou que remetessem a figura do Presidente, foi desenvolvido outro plano econômico denominado SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), e foi “uma tentativa de coordenação dos gastos públicos, tomando por base projeções relativas a um período de cinco anos” (IANNI, 2009). O plano foi praticamente abandonado em 1952 quando Vargas já havia retomado ao cargo de Presidente.

Após a fase mais “liberal” do Governo Dutra, buscou-se a reelaboração das relações entre Estado e economia, o que pode ser exemplificado também pela criação de importantes empresas estatais, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) (IANNI, 2009). Todas essas experiências foram fortalecendo as práticas e ideologias do planejamento, culminando no primeiro plano de maior complexidade no Brasil, o Plano de Metas (1956-1960), considerado um marco no processo de planejamento do país, tanto pela abrangência de suas metas, quanto pelos fortes impactos que ocasionou na economia brasileira (LAFER, 1973). Além disso, no governo de Juscelino Kubistchek houve também a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e de Brasília, a primeira se constituindo a maior superintendência de desenvolvimento regional do país, e a segunda um marco na ocupação e integração do território brasileiro (IANNI, 2009).

O que se seguiu ao Plano de Metas, foi um período de instabilidades políticas e econômicas. Políticas devido à eleição e renúncia de Jânio Quadros, a instituição do parlamentarismo e a volta ao sistema presidencialista com João Goulart. Economicamente, o país sentia o aumento do déficit das contas externas, o sistema financeiro inadequado, inflação e problemas urbanos (CANO, 2000). Neste contexto foi criado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social em 1962, tendo Celso Furtado como seu autor intelectual. Tinha como base as experiências tanto práticas quanto teóricas do Brasil e da América Latina após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo no âmbito cepalino. Buscando estabilização e crescimento, tocava diretamente em duas questões cruciais para a administração brasileira

naquele momento: as negociações externas e a política fiscal, crescentemente desequilibrada (CANO, 2000). O Plano Trienal

[...] foi o primeiro instrumento de política global e globalizante, dentre todos formulados até então pelos diversos governos no Brasil. [...] Pela primeira vez formulava-se, no âmbito do próprio poder público, um diagnóstico amplo, detalhado e integrado das condições e fatores responsáveis pelos desequilíbrios, estrangulamentos e perspectivas da economia do País (IANNI, 2009, p. 196).

Porém, a instabilidade política era cada vez maior, sobretudo com as discussões sobre as reformas de base; no campo econômico, as políticas adotadas eram recessivas e também não recebiam apoio do setor industrial, e todos esses fatores acabaram por contribuir para o Golpe de 1964. Durante a ditadura, não obstante as repressões políticas e sociais, a prática de planejamento governamental manteve-se disposta de um amplo controle sobre todas as “variáveis” políticas, o que só havia ocorrido há duas décadas sob a ditadura de Vargas (IANNI, 2009). Neste contexto de administrações ditatoriais, inclusive, que a SUDESUL atuou durante a maior parte de sua existência.

O primeiro plano dos militares foi o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966), que para Bielschowsky (2010, p. 3), “pode ser tomado como referência do pensamento econômico conservador na primeira metade dos anos 1960”, guiado pela redução da inflação através dos arrochos salariais e reformas estruturais. Através principalmente da redução dos custos sociais de produção, o PAEG contribuiu para maior interferência governamental nas relações econômicas internas e externas, e para que as empresas pudessem funcionar em melhores condições (IANNI, 2009). Para garantir a continuidade dessas políticas, foi criado pelo governo de Castelo Branco, um plano de mais longo prazo, o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, para o período de 1967 a 1976.

Todavia, por divergências políticas, e pela opção de formular suas próprias ações, o governo seguinte criou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), em que era considerada a inflação de custos, diferentemente do plano anterior, e justificava as políticas monetárias e fiscais expansionistas, “abrindo um inesperado período de crescimento econômico habilmente batizado como ‘Milagre Econômico’” (BIELSCHOWSKY, 2010, p. 6). Ainda assim, este Programa “correspondeu à continuidade da interpretação que fundamentou o PAEG”, no

sentido de “aperfeiçoar as condições de funcionamento e expansão da empresa privada, nacional e multinacional” (IANNI, 2009, p. 229), que era, aliás, a diretriz básica dos governos da ditadura entre 1964 e 1985.

O período chamado “Milagre Econômico”, entre os anos de 1969 e 1973, foi caracterizado pela abertura da economia, industrialização e altos índices de crescimento. Um dos fatores que contribuiu para o milagre foi o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que tinha como base a ideia de que o Governo deveria ampliar suas funções para fortalecer o capitalismo nacional, através da estatização. Dado o clima de euforia do período, foi elaborado entre fins de 1973 e início de 1974 o II PND pelo governo Geisel, com metas muito mais ambiciosas, propondo uma reorientação do processo de crescimento, onde o foco industrial passava da indústria de bens de consumo duráveis para a indústria de bens de capital e de insumos básicos, para que se conseguisse aumentar a capacidade de autofinanciamento e reduzir o fluxo de importações. Pretendia conciliar o crescimento à contenção inflacionária. Os resultados ao crescimento econômico proporcionado pelo II PND devem-se em grande parte a uma conjuntura internacional favorável, que através da internacionalização da economia brasileira permitiu a captação privada de recursos externos.

Mas a conjuntura externa foi determinante também quando a partir de 1973, com o mundo em crise devido ao preço do petróleo, a euforia de crescimento foi substituída por uma crescente estatização da dívida pública e aumento inflacionário. Com o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Brasil, a partir do fim da década de 1970 até 1990 os planos nacionais foram mais destinados à estabilização econômica e sem grandes metas e realizações. E podemos perceber nesses movimentos do planejamento nacional, como a questão regional foi sendo pensada dentro desses planos de desenvolvimento do período, como será visto no tópico a seguir.

3 PLANEJAMENTO E QUESTÃO REGIONAL: A CRIAÇÃO DA SUDESUL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A discussão sobre o planejamento destinado a diminuir as disparidades regionais no Brasil atingiu seu auge nos anos de 1950. Segundo o Relatório de

Atividades da SUDESUL de 1989, a primeira grande instituição com esta finalidade foi o Banco do Nordeste.

A criação da SUDESUL não constitui fato isolado, mas intencional manifestação da nascente estruturação, em nível federal, de um sistema institucional voltado a dar suporte à implantação de uma política de desenvolvimento regional no país. [...] A origem da concepção desse sistema remonta a 1952, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BRASIL, 1989a).

Esse Banco atuava exclusivamente nos nove estados do Polígono das Secas como um órgão executor de políticas públicas, criado para atuar através de empréstimos a empreendimentos de caráter reprodutivo e a Prefeituras Municipais, podendo ainda realizar todas as operações habituais dos corretores e bancos ou sociedades de investimento desde que promovessem o desenvolvimento da região (BRASIL, 1952). Posteriormente, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), em 1956, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. Estas superintendências eram entidades autárquicas destinadas a desenvolver as regiões superintendidas, de acordo com as especificidades de cada região (MESSIAS; GOULARTI, 2015).

O principal objetivo da SPVEA era ocupar a Amazônia, como ação de defesa do território nacional e aproveitamento dos recursos naturais daquela área. A SPVERFSP também atuava sobre área fronteira, e superintendia a região sudoeste do país, desde o Mato Grosso até o Rio Grande do Sul. E a SUDENE, de maior poder político e econômico, foi criada no auge do planejamento do país e deveria desenvolver a região combatendo a concentração de renda que a própria política do processo de planejamento nacional centralizava Sudeste do país (MESSIAS; GOULARTI, 2015).

Após o Golpe de 1964, a maior preocupação por parte dos militares com a defesa do território nacional, e principalmente, a necessidade de adequar as políticas de desenvolvimento regional às estratégias nacionais, levou a uma intensificação das autarquias de desenvolvimento. As superintendências foram repensadas, extintas e recriadas com outras nomeações e novas atribuições: em 1966 a SPVEA foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da

Amazônia (SUDAM), e em 1967 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a partir da extinta Fundação Brasil Central criada em 1943. Com o Decreto-Lei nº 301, de fevereiro de 1967, foi extinta a SPVERFSP e criada a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL), com o objetivo de controlar e coordenar a ação federal na área.

A SUDESUL surgiu então para substituir o modelo de atuação insignificante que vinha tendo a autarquia anterior, que teve aprovado seu primeiro Plano Diretor mais dez anos após sua criação e apenas dias antes de sua extinção. Era uma autarquia de profundas contradições: a alta rotatividade de superintendentes, por exemplo, era um dos fatores que impossibilitava a continuidade de projetos e impedia que a autarquia desenvolvesse um planejamento para coordenar ativamente o desenvolvimento da região. Para a mudança desse modelo fracassado de funcionamento, foram feitas algumas alterações na legislação da SUDESUL ao longo de sua trajetória.

A primeira delas, e mais significativa, foi a mudança da área de abrangência do organismo, que ocorreu ainda em dezembro de 1967. Agora, a SUDESUL passaria a abranger toda a extensão dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passaria a chamar-se Superintendência da Região Sul. Em 1969 o nome foi alterado novamente para Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Centralizando o poder de decisão no tocante às políticas de desenvolvimento para a região, foram firmados convênios entre a SUDESUL e entidades das mais variadas, como hospitais, universidades, secretarias dos estados, prefeituras municipais, empresas privadas e cooperativas, e a superintendência recebeu apoio também de instituições internacionais como a OMS (Organização Mundial da Saúde), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e OEA (Organização dos Estados Americanos).

Os primeiros projetos da autarquia eram ligados aos chamados “vazios socioeconômicos”, como pesca, turismo e recursos humanos, pesquisas referentes ao consumo de produtos industrializados e também à região sudoeste do Rio Grande do Sul, quando já foram desenvolvidos os estudos da primeira etapa do projeto Sudoeste I, o primeiro projeto sub-regional da autarquia. Neste sentido, desenvolveu-se um Estudo de Comercialização e Distribuição de Pescados; foram criadas as Secretarias do Turismo dos Estados da região e cursos universitários

para este setor. A SUDESUL atuou também na concessão de recursos aos governos estaduais para a estruturação de unidades de planejamento das Secretarias de Educação e Saúde, auxiliou na implantação de Associações de Municípios e formulou políticas de desenvolvimento para os três estados, além de produzir estudos sobre os grandes agregados econômicos e indicadores sociais da região (BRASIL, 1983b).

Com o tempo, a SUDESUL foi consolidando sua atuação na região superintendida através do aumento de estudos, projetos e publicações. Um dos planos de maior destaque produzido pela autarquia no início da década foi o Plano de Desenvolvimento Regional, devido a uma solicitação do Ministério do Interior para planejamento do PND. Nos estudos desenvolvidos para o Plano, foram selecionadas mais duas áreas, além do Sudoeste-1: Noroeste do Paraná e o Litoral Sul de Santa Catarina. O quarto projeto sub-regional, de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, resultou da incorporação da Secretaria Executiva e a Assessoria Jurídica da Sessão Brasileira da Comissão da Lagoa Mirim à superintendência, em 1971. Esses quatro projetos eram os mais importantes da autarquia, e buscavam “dinamizar espaços que, ultrapassando a dimensão microrregional, apresentam potencialidades ao exercício de funções econômicas de realce sob a perspectiva estadual e/ou regional” (BRASIL, 1978).

A área do Projeto Sudoeste-1 era formada por 19 municípios gaúchos, que sofriam com as recorrentes estiagens e enchentes. O projeto tinha como objetivo “criar um processo de desenvolvimento integrado na zona da campanha gaúcha, baseado em atividades hidroagrícolas” (SENADO FEDERAL, 1975). Também no Rio Grande do Sul, o Projeto da Lagoa Mirim criado a partir da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM). O objetivo era o desenvolvimento do lado brasileiro da região atuando principalmente na agricultura através de projetos hidrológicos como a construção de uma barragem eclusa no Canal São Gonçalo, para impedir a entrada de águas oceânicas na lagoa, e foi o projeto que envolveu maior quantidade de instituições internacionais.

A região do Noroeste do Paraná possuía um dos maiores índices de densidade demográfica do país: apesar de possuir apenas um terço do território do Estado do Paraná, a região concentrava metade de sua população e de sua atividade econômica. Destacava-se na exportação de produtos agrícolas e por isso

foi objeto também de um dos projetos do II PND. Sendo uma das prioridades da autarquia, o projeto Noroeste do Paraná buscava adequar as atividades humanas à disponibilidade de recursos naturais, principalmente no controle à erosão. De forma distinta, o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina surgiu da necessidade de atuar ativamente no aproveitamento de seus recursos minerais, além de integrar seus municípios e melhorá-los no que diz respeito à infraestrutura.

A SUDESUL possuía também alguns Programas Especiais, como o de Proteção ao Meio Ambiente, que através de vários projetos buscava “orientar a conservação do meio-ambiente e o uso racional dos recursos naturais”, e o Programa Especial do Oeste do Paraná (BRASIL, 1974). Este tinha como objetivo desenvolver estudos para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, analisar seus impactos na vida social e econômica da região, e evitar os consequentes problemas que adviriam nessas esferas. Atuou também no desenvolvimento de estudos demográficos, sobre o Fenômeno Migratório da Região Sul (1975), e também em outros projetos setoriais, sobre agricultura, indústria, transportes e turismo. Trabalhou junto a vários órgãos governamentais, como o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que estava presente no desenvolvimento dos quatro projetos sub-regionais.

A atuação da SUDESUL na segunda metade dos anos de 1970, foi no sentido de “maturação das ações iniciadas no período anterior” (BRASIL, 1989) e implementação física de alguns projetos, assim como se observa esse movimento nas outras autarquias de desenvolvimento regional. E, num movimento nacional, o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro no início dos anos de 1980, leva à consequente queda da disposição de recursos financeiros destinados às autarquias. E, apesar de a redemocratização a partir de 1985 aumentar consideravelmente as verbas destinadas às superintendências, os ajustes fiscais que passaram a ser feitos neste período, levaram a SUDESUL buscar justificar sua existência atuando na publicação de projetos, periódicos, estudos, relatórios, entre outros documentos. Entretanto, a extinção da SUDESUL ocorreu em 12 de abril de 1990, pela Lei n. 8.029 (a mesma de extinção da SUDECO e outros órgãos federais), assinada pelo então Presidente Fernando Collor.

No próximo tópico, trataremos novamente da questão do planejamento estatal, mas desta vez enfocando na experiência do Estado de Santa Catarina, território no qual localiza-se o Projeto Litoral Sul da SUDESUL.

4 O PLANEJAMENTO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina tem como característica de sua formação econômica a forte presença do capital de origem local. A colonização através da divisão territorial em pequenas propriedades na maior parte do território contribuiu para o desenvolvimento de uma economia de capital mercantil, diversificada, pautada nos setores tradicionais, levando a uma acumulação pulverizada e lenta. Além disso, a colonização por imigrantes alemães e italianos oriundos de regiões industriais e agrárias da Europa, e a difusão tecnológica advinda da Primeira Revolução Industrial, permitiram o desenvolvimento de pequenas atividades manufatureiras.

Todavia, o litoral sul catarinense possuía algumas especificidades. O Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, publicado em 1973, traz uma análise sobre as origens das possíveis causas do subdesenvolvimento desta microrregião abarcada pelo plano. As atividades econômicas de subsistência desenvolvidas pelos imigrantes açorianos e madeirenses no litoral, as formas de assentamento em pequenas propriedades (minifúndios), a própria formação econômica do país e a singularidade dos recursos naturais estariam entre essas causas.

Com efeito, este espaço não esteve atrelado a nenhum dos núcleos que se dinamizaram a partir dos ciclos que tiveram lugar em espaços geograficamente mais próximos (madeira em SC, gado no RS e café em SP). Foi uma área que, à exceção do entreposto marítimo de Laguna, esteve por mais de dois séculos isolada e, portanto, sem condições de receber estímulos externos (BRASIL, 1973, p. 11).

Nos anos de 1930, a passagem da economia brasileira de agrária-mercantil-exportadora, para uma economia de importante base industrial e mercado interno a partir da economia cafeeira paulista, chamada de deslocamento do centro dinâmico, valorizou o carvão nacional com as políticas de obrigatoriedade de consumo de 10% deste (GOULARTI FILHO, 2007, p. 87). O carvão catarinense, que recebeu maior destaque com a falta do mineral a nível nacional durante a Segunda Guerra Mundial,

não possuía as qualidades necessárias para atrair a siderurgia, o que mantinha o setor ainda mais dependente de outras regiões do país.

Ainda assim, o período de diversificação e ampliação do capital industrial catarinense que vai de 1945 até 1962, demonstra que este estado, em geral, não necessitou de intervenção externa para este novo contexto, porque “a metamorfose do capital em Santa Catarina cumpriu sua função dinâmica” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 163); de origem local, desdobrou-se de capital da esfera mercantil a capital industrial e agroindustrial. Os setores de madeira, carvão, alimentos e têxtil, tradicionais no estado, se expandiram, e surgiram ainda as indústrias de cerâmica, metal-mecânica, papel e celulose e pasta mecânica. Com essa expansão e diversificação, começam a aparecer sérios entraves: o estrangulamento da energia elétrica, a deficiência nos transportes rodoviários e a falta de linha de crédito. Problemas estes, que vieram a ser solucionados a partir da intervenção estatal.

A primeira experiência de planejamento estadual em Santa Catarina foi o POE – Plano de Obras e Equipamentos, desenvolvido no governo de Irineu Bornhausen, em 1955. O plano foi mais um meio de manter sua candidatura nas eleições de 1960, do que um plano de desenvolvimento. Lançado no fim de seu governo, e com duração de 10 anos, “pode ser definido como um esquema parcial de investimentos públicos”. (MATTOS apud GOULARTI FILHO, 2007, p. 190). Entretanto, foi a partir de 1962 que houve em Santa Catarina uma integração e consolidação do capital industrial, porque foi nesse período que as experiências de planejamento deram efetivos resultados no tocante a infraestrutura social básica de que necessitavam essas indústrias para se desenvolverem. Segundo Goularti Filho (2007, p. 186), “foi somente com o PLAMEG (1961-1965) que efetivamente o estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a estrutura social básica e para financiar o capital privado local”. O PLAMEG destinava a maior parte dos gastos totais em rodovias e energia, e em menor escala em educação, saúde e participação em crédito industrial.

Nos anos posteriores, foram criados os planos PLAMEG II (1966-1970), o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD, 1971-1974) e o Plano de Governo (1975-1978), que “podem ser classificados como planos com planejamentos, expressos em objetivos e com resultados concretos, afinados com as diretrizes nacionais.” (GOULARTI FILHO, 2010, p. 2). Investiram principalmente nas áreas de

transporte, energia, financeira e telecomunicações. Nesse período, através do planejamento estadual, a infraestrutura social básica de Santa Catarina obteve profundas alterações, que permitiam o crescimento das indústrias catarinenses e a integração intrarregional, principalmente através do transporte e energia. “É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista, alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 186).

Todavia, a falta de financiamentos de longo prazo para maiores investimentos e ampliação da capacidade instalada do parque industrial, dificultava o crescimento das indústrias. Foi então desenvolvido no estado um novo sistema de crédito, em que o eixo seria o crédito ao investimento de longo prazo, a partir da criação de agências de fomento e programas de incentivos. A primeira agência de fomento foi o BDE (1962-1969), transformado em BESC em 1969 e com isso perdendo a característica de banco de fomento; mais tarde o BRDE (pós-1962) e o BADESC (pós-1975). Os programas de incentivos foram FUNDESC (1970-1975), PROCAPE (1975-1984) e o PRODEC (pós-1988).

Assim, a atuação do Estado no desenvolvimento deste arcabouço financeiro e institucional, no sistema de crédito e na infraestrutura social básica, que impulsionou o crescimento, consolidação e integração da indústria catarinense; através desta intervenção se pôde gerar um estado de expectativas favoráveis de retornos lucrativos, e condições concretas para sua efetivação. A forte presença estatal em Santa Catarina foi indispensável na atuação da SUDESUL no estado, já que buscava o desenvolvimento da região através da compatibilização entre as três esferas governamentais. Exemplo disso foi a influência e contribuição do PCD desenvolvido em 1970 para a criação do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, conforme será visto adiante.

5 A ATUAÇÃO DA SUDESUL NO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA

Sendo o menor dos três estados da região, tanto em área territorial quanto em número populacional, Santa Catarina possuiu um dos dois mais importantes projetos sub-regionais da SUDESUL: o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina. Este e o Projeto Noroeste do Paraná receberam a maior concentração de recursos da autarquia, “pois se integram em um esquema qualitativamente superior de ação de

planejamento e se enquadram de uma forma operacional mais eficiente não somente dentro da estratégia regional, como também dentro da política de gestão da SUDESUL” (BRASIL, 1974). Os dois projetos abarcavam microrregiões de importância estratégica à economia nacional, tanto que foram incluídos no II PND. O Noroeste do Paraná, porque tinha grande participação nas exportações nacionais, chegando a 12% em 1970; e o Litoral Sul pelos recursos minerais.

A origem do Projeto Litoral Sul remonta a 1970, quando foi criado o Projeto Catarinense de Desenvolvimento no Plano de Ação do Governo Colombo Salles. Em meio à elaboração do PCD, foi apresentado pela AMUREL (Associação dos Municípios da Região de Laguna) o documento “Programa Micro-Regional de Desenvolvimento”, elaborado juntamente a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC). O documento agregava alguns projetos ao Plano de Governo como a implantação do complexo carboquímico no sul do Estado, iniciando com a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). A preocupação do Governo Federal com o setor foi reafirmada com a modernização da política do carvão em 1968, através do Decreto nº 62.113, de 12 de janeiro, em que justificava a ação com as seguintes considerações:

[...] a importância e a significação do aproveitamento do carvão nacional para o desenvolvimento econômico do País;
[...] a necessidade de ser reestruturado o complexo carbonífero de Santa Catarina de modo a aumentar a sua eficiência e a eliminar progressivamente o regime de subvenção a que está sujeito;
[...] que a estabilidade da indústria carbonífera catarinense depende da criação de condições que permitam o consumo equilibrado dos produtos e subprodutos resultantes do beneficiamento do carvão;
[...] que se faz mister dotar a Comissão do Plano do Carvão Nacional de um órgão de ação pronta e dinâmica para atender aos problemas da indústria carbonífera (BRASIL, 1968).

Aliado a isso, estudos desenvolvidos pela FESSC, SUDESUL e outros órgãos “diagnosticaram, a par de uma situação de grave estagnação e agudo subdesenvolvimento regional, excepcionais potencialidades de desenvolvimento” (Santa Catarina, 1974), resultando na definição do sul catarinense como região especial de planejamento para o Governo do Estado, e a ICC como prioridade industrial. A SUDESUL e outros organismos federais passaram a considerar a área como de programação especial. Em 1972, o Termo de Acordo 03/72, unia as ações da autarquia e do Governo do Estado de Santa Catarina para desenvolvimento

coordenado do Litoral Sul, “cujo objetivo básico era criar um pólo industrial, a partir dos recursos naturais locais, transformando-o em elemento indutor do desenvolvimento” (BRASIL, 1976). Neste contexto foi criado o Projeto Litoral Sul, abrangendo uma área de 9,6 mil km² formada por 32 municípios. Para tanto, foi instituída a Secretaria Executiva do Projeto, com representantes em igual número da SUDESUL e do Governo do Estado; e elaborado o “Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina”, publicado em 1973. Este considerava que:

A função que a área deve exercer no contexto da macrorregião sul e, de modo especial, no Estado de Santa Catarina, é a de fornecer insumos essenciais para o desenvolvimento do setor agropecuário e industrial através da implantação de um complexo carboquímico, de cujo funcionamento resulta numa produção significativa de fertilizantes. No contexto do sistema brasileiro a função que deve exercer é produzir insumos atualmente importados com a finalidade de economizar divisas” (BRASIL, 1973, p. 21).

Para tanto, o Plano separou os projetos a serem desenvolvidos em três categorias: projetos vertebradores, decorrentes e emergentes. Os projetos vertebradores, eram relacionados à água potável e ao complexo carboquímico de Imbituba. Após constatar-se que apesar de a região estar cercada de água, não havia água potável o suficiente que abastecesse o parque industrial que seria implantado, iniciou-se um trabalho sobre a hidrologia da região, sobretudo nos municípios de Laguna, Imaruí e Imbituba, nos rios D’Una e Capivari.

Já o complexo carboquímico, foi um projeto de maior envergadura, com foco do Governo Federal, e que já estava inclusive em processo de implantação. Nos projetos decorrentes, se incluem a infraestrutura urbana e viária, abastecimento de produtos agropecuários, formação de recursos humanos e energia elétrica, todos para dar suporte principalmente ao complexo carboquímico. E por fim o projeto emergente, o turismo, que tinha para a microrregião um subprojeto específico dentro do Plano Regional de Turismo, com ações referentes à infraestrutura como vias de acesso aos municípios, sinalização turística e obras de paisagismo (BRASIL, 1973).

Na economia do litoral sul catarinense, o carvão ocupou papel de comando até meados dos anos de 1970, sendo que a partir daí a diversificação econômica foi se desenvolvendo e só se consolidou na década de 1990. Assim compreende-se o porquê de o Complexo Carboquímico Catarinense (CCC) receber o destaque do Projeto Litoral Sul. Até a criação deste, as unidades que formavam o CCC eram: as

minas de carvão, a Estrada de Ferro Teresa Cristina, o Lavador de Capivari, a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda e o Porto de Imbituba. Pretendia-se com o Projeto, além da manutenção e melhoramento destas unidades, a construção de outras, como as Usinas de Gaseificação, a Indústria de Fosfatos Catarinense, a Siderúrgica Sul Catarinense (Sidersul) e a ICC, tendo sido esta última a única efetivada, como veremos adiante.

A Sidersul, já era a segunda tentativa de criar uma siderúrgica na região (a primeira foi transformada em ICC), e foi defendida pelo governo estadual a partir de 1971, tendo apoio de empresários, da SUDESUL e do Governo Federal, e sendo incorporada ao Projeto Litoral Sul. Através deste, a SUDESUL desenvolveu estudos de viabilidade de da implantação da siderúrgica. Porém, apesar dos esforços, o projeto foi abandonado em 1985, tendo decorrido até mesmo uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigação do destino de todos os recursos que foram despendidos no Projeto Sidersul (GOULARTI FILHO, 2004).

Outro grande projeto da superintendência na região foi o Projeto Sombrio, mais tarde ampliado para toda Bacia do Rio Mampituba, atingindo também a cidade de Torres no Rio Grande do Sul. Criado para o melhor aproveitamento das águas e terras da região, e sendo esta de economia agropecuária, o projeto se tornou um dos mais importantes dentro do Litoral Sul, sobretudo em fins dos anos de 1970 e início da década de 1980, quando foram iniciadas as obras. Houve também o Projeto de Organização Comunitária (POC), com o objetivo de integrar a região. Outro trabalho de destaque, foram os Termos de Referência do Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina, desenvolvido juntamente as associações de municípios da região. Assim, apesar do setor carbonífero receber maior destaque, a SUDESUL atuou ainda em outros ramos, e após um maior aprofundamento sobre o que foi a ICC, o maior projeto, nos ocuparemos de descrever estas outras ações.

5.1 Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) e o Complexo Carboquímico Catarinense (CCC)

A Indústria Carboquímica Catarinense S.A., originária de um projeto que criaria uma siderúrgica no Estado pertencente ao Grupo PETROFÉRTIL, foi criada em 1969, pelo Decreto-Lei nº 631, de 16 de junho. Segundo o Decreto-Lei, a sociedade teria por objetivo principal a implantação, no Estado de Santa Catarina,

de um complexo industrial, para melhor aproveitar o carvão mineral e as piritas carbonosas produzidas no Estado, bem como a exploração de indústrias que direta ou indiretamente, se relacionassem com esse objetivo (BRASIL, 1969). Seriam produzidos então ácido sulfúrico, ácido fosfórico e seus derivados. Com a crença de que a ICC atrairia outras indústrias para a região, era necessário preparar o município de Imbituba para recebê-las. Através de um Plano Diretor para o município, iniciaram os planejamentos para o Complexo Carboquímico de Imbituba, e também para questões estruturais como o Porto de Imbituba, a disponibilidade de água potável do município, além do sistema viário e equipamentos.

As obras necessárias ao Porto – aumento da capacidade, aquisição de equipamentos, instalações de estocagem e outras obras – e as obras de infraestrutura e urbanização da cidade de Imbituba – abastecimento de água e energia, melhorias em estradas e construção de rodovias e de ramais ferroviários, etc. – se iniciaram durante a implantação da ICC e modificaram consideravelmente o aspecto da cidade. Parte das verbas para as obras de infraestrutura no município de Imbituba foram proporcionadas pelo Projeto Litoral Sul (MORAES, 2004).

Foram desenvolvidos também, um Plano de Organização Físico-Territorial e um processo de controle ambiental. Deste último, resultou o “Diagnóstico e Dimensionamento da Problemática Ambiental da Mineração do Carvão no Sul do Estado”, com a colaboração da SUDESUL e concluído em 1978, que aponta a contaminação da rede hidrográfica e os depósitos irregulares de rejeitos piritosos como sendo os maiores problemas. Os estudos sobre o tema continuaram sendo desenvolvidos, e em 25 de março de 1980 a região carbonífera foi considerada pelo Presidente da República como sendo a 14ª Área Crítica do país, através do Decreto 85.206. Por isso deveria ser feito controle da poluição para conservar a qualidade ambiental da área. Em 10 de dezembro de 1983 foi celebrado um Protocolo entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado de Santa Catarina, que tinha como objetivo controlar a poluição e definir e implantar as obras de saneamento, resultando no “Plano de trabalho para o controle ambiental na região carbonífera de Santa Catarina”, publicado em 1984. Neste plano, trabalhariam os Governos Estadual e Federal, através de seus representantes como a SUDESUL (BRASIL, 1984).

Com o maior número de estudos, a atuação do Projeto Litoral Sul foi aumentando e se diversificando. A ICC era apenas um dos projetos do Governo na

microrregião; estava prevista também a ampliação da Termoelétrica Jorge Lacerda. A partir dessas unidades que foram criadas no CCC, foram desenvolvidos vários estudos de viabilidade, tanto técnica quanto econômica, para indústrias complementares, onde a maioria seria reservada ao setor privado. Entre estas indústrias, estariam a usina siderúrgica, unidades de fertilizantes, de bloquete de gesso, de alumina, de ácido fluorídrico, de criolita artificial, de fluoreto de alumínio e de cimento, com vistas a compor o complexo carboenergético (BRASIL, 1983b, p. 107).

Com o segundo Choque do Petróleo em 1979, novos investimentos foram feitos na Usina Termoelétrica e no Porto de Imbituba, mantendo a proteção estatal ao carvão catarinense como alternativa energética. Entretanto, na década de 1980 as ações da SUDESUL se concentraram mais nos projetos hidrográficos relacionados ao setor agropecuário. A partir de 1986, ocorreu uma crise na indústria carbonífera catarinense, quando a produção de carvão e o nível de emprego foram reduzidos drasticamente. A esse fenômeno, atribui-se o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Estado, que na busca pela estabilização econômica reduziu a proteção que oferecia ao setor. Desta forma, a ICC foi apresentando maiores prejuízos; chegou a ter um recorde de produção em 1988 com alto lucro, mas após este ano foi decaindo novamente, até entrar no Programa Nacional de Desestatização e fechar em 1990.

5.2 Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro

O sul catarinense, no que diz respeito à agropecuária, é caracterizado por minifúndios e policultura. Segundo o Ministério do Interior (1976), 17,3% da área total da região representava áreas cultivadas, e 24,5% pastagens, mas os maiores problemas da região neste sentido eram as áreas inutilizadas ou subutilizadas, devido ao regime hidrográfico ou ao tipo de solo.

Adicionando as áreas atualmente subutilizadas – cobertas por cerrados, capoeiras, arenosas e inundadas periodicamente – e deduzidas aquelas destinadas a florestas de preservação permanente, obtém-se, como resultado, que cerca de 35% da área global, ou seja, algo como 300.000 ha seriam incorporáveis à economia desde que, mediante pesquisas, sejam encontradas as culturas mais adequadas para as zonas arenosas e as revestidas de cercados, capoeiras e sejam implantadas obras de contenção de cheias (BRASIL, 1976).

Assim, justificaram-se estudos mais aprofundados para o melhor aproveitamento dos solos, dando origem a um Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro. Foi definida em 1974, uma área localizada na cidade de Sombrio, no chamado Banhado Sombrio, que serviria como uma experiência piloto para implantação do projeto no sul catarinense. Este projeto englobava uma superfície de 15.200 ha, e destinava-se a proteger essa superfície contra as cheias e recuperar 2 mil hectares, para que fossem assentadas 102 famílias e pudesse se desenvolver a produção hortifrutigranjeira (BRASIL, 1983[2], p. 107). Para atuar neste projeto, a SUDESUL passou a ter um escritório no município localizado no Morro do Bino, estando ali a sede da gerência e equipe de obras.

Em 1976, foi publicado o Termo de Referência do Projeto Sombrio, e entre 1977 e 1983, foram desenvolvidos estudos pedagógicos, hidrológicos e climatológicos. A região do Banhado Sombrio oscilava periodicamente entre cheias e secas, e por se tratar de zona rural, a economia da região ficava muito vulnerável as intempéries da natureza. Desta forma, o projeto buscava atuar de forma a adequar a natureza à atividade humana. Utilizando os reservatórios interligados dos rios Leão e Bonito estipulou-se quatro setores dentro da área:

a) Setor 1 - Plano de Assentamento de Populações (PAP – 2.200 ha): destinado ao assentamento de produtores em terrenos de 20 ha, a área era rica em solos orgânicos e planejava-se cultivar produtos mais nobres. O sistema de irrigação era com águas conduzidas pelos reservatórios integrados dos citados rios.

b) Setor 2 - Plano Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI – 1.900 ha): também desenvolvido para a atividade agrícola, este plano era destinado a uma área de pequenas propriedades produtoras de arroz, milho e pastagens, e através do sistema de irrigação por gravidade, utilizava os reservatórios interligados.

c) Setor 3 – Área Pecuária Intensiva (API – 2.000 ha): neste setor, as águas da Barragem do Rio Mampituba tiveram um desvio para o Rio Canoas, através da Obra de Derivação do Rio Mampituba. Havia também nesta área uma reserva ecológica do projeto de desenvolvimento, com intenção de ser “o centro irradiador e catalisador das atividades destinadas à preservação do ecossistema existente” (BRASIL, 1983 [1]).

d) Setor 4 – Irrigação da Costa do Rio Canoas (ICC 2.000 ha): integrado ao Setor 3, tinha o mesmo manancial de irrigação.

Já o sistema de drenagem, que engloba os quatro setores, tinha como principais coletores os Rios Leão e Bonito, convergindo também para o Rio Canoas e seus efluentes. Planejava-se a canalização e a barragem dos Rios Leão e Bonito, que interligadas visavam à acumulação de água, garantindo uma vazão que permitisse irrigar as lavouras pertencentes ao projeto, além de controlar essa vazão no período de cheias para impedir a inundação da área.

A partir de 1979, o projeto entra em uma nova fase: a execução das obras, que até 1983 chegaram aos seguintes resultados:

Tabela – Obras executadas no Projeto Sombrio até 1983

Obras	Quantidade
Execução de canalizações	23.300 m
Construção e melhoria de estradas	6.500 m
Rede de eletrificação	400 m
Estação de bombeamento	1 un.
Edificações	1.000 m ²
Pontes de concreto	4 un.
Saltos hidráulicos em gabiões	4 un.
Pontilhões de estrutura metálica e madeira	8 un.
Galerias pré-moldadas de concreto	1 un.
Bueiros	20 un.

Fonte: Ministério do Interior (1983a)

Além disso, foram recuperados cerca de 2.000 ha, sendo utilizados para produção de arroz, milho e fumo. A partir dos resultados do Projeto Sombrio, pôde-se ampliar o Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro. Para tanto, foi desenvolvido o Projeto da Barragem do Rio Mampituba, que encobria uma área de 78.500 ha na bacia hidrográfica deste rio. Situava-se entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos municípios de Praia Grande, São João do Sul, Jacinto Machado, Sombrio e Araranguá, em SC, e Torres no RS, estando neste último mais um escritório da SUDESUL, com gerência e equipe de obras desse projeto. Em maio de 1983 foi publicado o Plano Diretor de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba, em que o Projeto Sombrio foi apresentado com um subprojeto deste.

Segundo o Plano Diretor, 90% da população destes municípios integrantes do projeto vivem em áreas rurais, e pela localização estratégica em que se encontra, entre Porto Alegre e Florianópolis, e acerca Criciúma, Tubarão e Imbituba, o projeto previa atingir diretamente a população da região com a produção alimentícia, sobretudo hortigranjeira. Apesar de possuir também estabelecimentos industriais e de serviços, 90% do emprego era ligado à agropecuária, contrastando com os 25% da renda advinda deste setor. Especificamente, o Projeto abrangia 28,4% da área desses municípios, e 43,6% da Bacia do Rio Mampituba, e dentro dessa área, eram produzidos: banana, abacaxi, fumo, milho, feijão, suínos e produtos olerícolas, sendo todos eles destinados ao consumo interno. O Projeto tinha base no convênio entre SUDESUL, DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) e Governo do Estado de Santa Catarina, participação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, apoio financeiro do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), e foi dividido em três programas: de ajustes físico-territoriais, de produção e de serviços de apoio (BRASIL, 1983a).

Um dos maiores legados deste projeto, concluiu-se após a extinção da autarquia, em 1991: a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio. Solicitada pelo prefeito do município de Sombrio ao Ministro da Educação, a escola auxiliaria na manutenção dos jovens no campo e formação técnica destes. Aprovado o pedido a escola começou a ser construída em 1988, no então Distrito de Santa Rosa (BITENCOURT, 2009).

5.3 Projeto de Organização Comunitária Litoral Sul

Em convênio entre a SUDESUL, Governo do Estado de Santa Catarina e as associações municipais da Região de Laguna (AMUREL) e do Sul de Santa Catarina (AMSESC), o Projeto de Organização Comunitária Litoral Sul tinha como objetivo inicial integrar a região. A origem do projeto está na criação do Projeto Litoral Sul e na enchente de março de 1974 do Rio Tubarão, atingindo grande parte das cidades da microrregião sul de Santa Catarina. A enchente trouxe muitos prejuízos: a EFDTC foi destruída em mais de 50%; houve prejuízos na BR 101, a rede telefônica entrou em colapso; a Usina Jorge Lacerda foi invadida pelas águas e permaneceu fora de operação por 30 dias; problemas na água e esgoto em Criciúma, Lauro

Müller, Nova Veneza, Içara, Morro da Fumaça, Orleans e Tubarão, sendo que esta última teve 90% da área atingida, com muitos prejuízos na habitação e estrutura urbana.

Toneladas de entulho se acumularam em Tubarão, ocorrendo assim uma grande evasão populacional. Morreram 195 pessoas, milhares ficaram desabrigadas e muitas desaparecidas. Em estado de calamidade pública, o município recebeu visita de vários representantes de órgãos federais e estaduais, e auxílio de municípios vizinhos. Com isso, a produção dos municípios da AMUREL reduziu-se a quase zero primeiro mês após a enchente, considerado período de emergência, enquanto em Tubarão permaneceu nessa situação durante dois meses. Quanto ao desemprego, que tinha alto nível antes da tragédia, acabou por diminuir com a necessidade de reconstrução da cidade, porém com a incerteza da continuação das obras.

Diante desse quadro, e na conjuntura do Projeto Litoral Sul, desenvolveu-se a necessidade de um Projeto de Organização Comunitária (POC) para “preparar a população regional para responder adequadamente à situação emergente” (SANTA CATARINA, 1974). O POC, tendo desenvolvido algumas ações a curto, médio e longo prazo, visava não apenas ações emergenciais, mas manter-se atuando juntamente ao Projeto Litoral Sul. Havia ainda uma importância estratégica do projeto: a enchente atingiu setores do complexo carbonífero, que já neste ano recebia maior atenção:

Com a crise petrolífera que tomou conta de praticamente todo o mundo na segunda metade do ano passado, alertando a todos para o problema energético, as reservas de carvão de cada país passaram a se constituírem um patrimônio de grande valor, isto ocorreu em virtude de ser o carvão a segunda grande fonte de energia mineral, seguindo de perto o binômio petróleo/gás.

Com isso, escassearam ainda mais as ofertas de carvão estrangeiro, que teve seus preços elevados vertiginosamente. Desta forma, o carvão brasileiro e principalmente o catarinense, embora, ainda não conte com a mecanização e as melhorias de serviços auxiliares, já se encontra em condições de competir, em termos de preços e aproveitamento, com o carvão importado” (SANTA CATARINA, 1974).

Assim a implementação do POC iniciou-se em abril de 1974, sob responsabilidade da Secretaria dos Serviços Sociais e SUDESUL. Participaram os prefeitos das cidades pólos e presidentes das fundações educacionais para indicar candidatos a integrar o projeto, e com as equipes constituídas organizou-se um

curso de capacitação para as mesmas. Em 27 de maio iniciaram-se as atividades, e desenvolvidas até 20 de setembro, resultaram no Relatório final da 1ª etapa do POC: o Perfil Socioeconômico Comunitário. Segundo o documento, a concepção do projeto era a busca por “ênfatar o desenvolvimento sócio econômico da área através de subprojetos nos setores de mineralogia, agricultura, pesca e turismo, preocupando-se com a promoção social da população radicada” (SANTA CATARINA, 1974).

Nos três primeiros meses, desenvolveram atividades em todos os municípios: para elaboração do perfil das necessidades levantadas, por exemplo, foram remetidos questionários às prefeituras dos municípios da região, e assim escolhidos os projetos prioritários para cada um; fez-se também um trabalho de conscientização da comunidade para necessidade de organização e autopromoção. Feito isso, foram definidos os projetos abrangentes da região:

- a) Acompanhamento da operação ACISO 74, com utilização de recursos desta;
- b) Projeto Habitacional;
- c) Plano de Prevenção de Marginalização do Menor;
- d) Estudo e Organização Comunitária da AMUREL e da AMSESC;
- e) Projeto de Capacitação de RH da Região Sul.

Também foram definidos projetos específicos à AMUREL e à AMSESC. Este relatório foi desenvolvido pelas associações de municípios, para apresentar os trabalhos realizados nos três primeiros meses de atuação do POC, e enfocou a atuação dos governos federal, estadual e municipais frente à enchente de março de 1974 na região de Tubarão. Desenvolveram-se ações para o desenvolvimento da região, e dada a urgência de várias delas, devido as consequências da enchente, muitos dos projetos que deveriam no citado documento serem apenas apresentados para uma posterior avaliação, foram sendo implementados ao longo do desenvolvimento do mesmo. Percebe-se, desta forma, que o apoio que o POC deu ao Projeto Litoral Sul foi não só no sentido de desenvolver estudos sobre a região, mas mesmo no desenvolvimento e implementação de projetos.

5.4 Outros projetos e documentos

A SUDESUL, conjuntamente a outros órgãos federais, estaduais e municipais, desenvolveu ainda outros projetos e documentos com intuito de promover o desenvolvimento especificamente da microrregião sul catarinense, sobre os quais nos ocuparemos a seguir:

a) **Termos de Referência do Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina:** publicado em 1976, também pela SUDESUL em conjunto à AMSESC e AMUREL, teve apoio da FESSC, FUCRI e consultores independentes para ser desenvolvido. Apresenta uma análise da realidade sul catarinense, hipóteses, diretrizes e ações prioritárias à região, e é dividido em dois volumes.

b) **Recursos Humanos:** esta era uma preocupação da autarquia para com os três Estados da Região Sul. No litoral sul catarinense, preocupou-se com a criação de cursos para formação de mão de obra que atuasse tanto no setor carbonífero, quanto na cerâmica (forte setor na região de Criciúma), e também no planejamento e desenvolvimento econômico, já que a falta de técnicos para atuar na área era esta uma das reivindicações da superintendência. Teve como órgão coordenador o Centro de Educação Permanente da Fundação Educacional de Santa Catarina.

c) **Turismo:** considerado um projeto emergente no Projeto Litoral Sul, buscava atuar sobre a rede rodoviária integrando a região, e sobre as áreas turísticas, de forma valorizar esta atividade econômica.

d) **Pesca:** em 1969 foi executado no litoral sul catarinense um projeto de assistência técnica à pesca, oriundo de estudos realizados entre 1968 e 1971 sobre Comercialização e Distribuição de Pescado na Região Sul.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um país de tamanha extensão territorial como o Brasil, tem naturalmente várias especificidades regionais, e historicamente muitas disparidades. Inserindo-se no contexto mundial de fortalecimento do Estado para coordenação e planejamento do progresso e desenvolvimento econômico, o país foi elaborando seus planos e buscando seu progresso a seu modo. A SUDESUL é fruto dessa experiência, e na maior parte do tempo de sua existência, o país estava sendo governado por uma Ditadura Militar. Assim, percebe-se nos vários projetos, programas e estudos da SUDESUL, um forte caráter militar, de proteção ao território, exploração de recursos

naturais e a busca pela soberania nacional, o que em Santa Catarina temos como maior exemplo, o Projeto Litoral Sul.

A microrregião sul catarinense possuía importância estratégica à economia nacional e grande potencial econômico. Essas duas características justificavam um projeto vertebrador. Aos olhos de uma superintendência de desenvolvimento regional, era um modo de integrar a região à economia nacional e modificar toda sua estrutura social; aos olhos militares, a função de fornecedora de um de uma das bases da industrialização brasileira. Apesar disso, a SUDESUL teve conturbada trajetória no tocante aos recursos disponibilizados para sua atuação, de forma que o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, integrando políticas dos Governos Municipais, Estadual e Federal, teve o diferencial dentro da autarquia de receber recursos disponibilizados diretamente pelo II PND (isso para o Complexo Carboquímico, já que não ocorreu o mesmo com os outros subprojetos nesta microrregião).

A SUDESUL desenvolveu e coordenou estudos e projetos para viabilizar todas as suas ações. Através dos documentos publicados pela superintendência, pode-se analisar em cada período a influência que a conjuntura nacional foi levando aos projetos. Além do citado PND, houve as políticas de defesa ao Primeiro Choque do Petróleo em 1973, que utilizavam o carvão como fonte energética alternativa, levando ao Projeto Litoral Sul pesados investimentos, principalmente para implantação da Indústria Carboquímica Catarinense e ampliação da Usina Termelétrica Jorge Lacerda. Em 1979, no Segundo Choque, a região foi alvo novamente de investimentos, desta vez ampliando a ICC e reaparelhando o Porto de Imbituba, utilizado para dar vazão à produção carboquímica.

Já nos anos de 1980, a atenção da superintendência foi mais voltada ao Projeto Sombrio, piloto à implantação de projetos hidrográficos destinados ao desenvolvimento econômico do setor primário na Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba. O setor carbonífero se mantinha ainda em alta produção, o que manteve a microrregião num processo de crescimento muito diferente do momento de recessão econômica em que estava o país. Na segunda metade da década, com o aumento da dívida externa, a crise fiscal e financeira do Estado, e a busca pela diminuição da ação estatal em prol da estabilização econômica, a proteção à atividade carbonífera nacional começou a ser desmontada, mas ainda se manteve alguma proteção de modo que pôde manter a produção. Já a SUDESUL, apesar de

a redemocratização trazer um aumento dos recursos despendidos a ela, o apoio político aos projetos por ela desenvolvidos foi perdendo força, até sua extinção em 1990, conseqüente de um projeto neoliberal de reduzir a atuação do Estado.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BIELSCHOWSKY, Pablo. A Controvérsia Sobre o Padrão de Acumulação da Economia Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38., 2010. Salvador. **Anais...** Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2010.htm#TRABALHOS>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BITENCOURT, Fernando Dilmar. **A educação profissional técnica de nível médio e o desenvolvimento local/regional: um estudo sobre a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio na microrregião do extremo sul catarinense**. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Educação, Departamento de Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4239>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina**. Porto Alegre: SUDESUL, 1973.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Superintendência Adjunta do Planejamento. **As funções da região sul no âmbito do sistema nacional e a ação da SUDESUL**. Porto Alegre, 1974.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Termos de Referência – AMSESC e AMUREL**. Relatório Final. Tubarão, 1976. (v. 1.).

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **SUDESUL: 10 anos de atividades – 1967-1977**. Porto Alegre: SUDESUL, 1978.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Plano diretor de desenvolvimento da bacia do Rio Mampituba**. Porto Alegre: SUDESUL, 1983a. 278 p.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Região Sul em Perspectiva**. Porto Alegre: SUDESUL, 1983b.

BRASIL. Ministério do Interior. **Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Plano de trabalho “para o controle ambiental na região carbonífera de Santa Catarina”**. Porto Alegre: SUDESUL, 1984.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Relatório de atividades - 1989**. Porto Alegre: SUDESUL, 1989.

BRASIL. **Decreto nº 62.113, de 12 de janeiro de 1968**. Dispões sobre a estruturação da Comissão do Plano do Carvão Nacional, sobre a importação, consumo e produção de carvão mineral e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 631, de 16 de junho de 1969**. Altera a denominação da Siderúrgica de Santa Catarina S.A. e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. **Lei 1.649 de 19 de julho de 1952**. Cria o Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 473 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. Siderúrgica Sul Catarinense (Sidersul): a persistência de um fracasso. In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 400 p.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 29-50.

MESSIAS, Talita Alves de; GOULARTI FILHO, Alcides. A atuação da Sudesul nas políticas de planejamento econômico para o Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 11, n. 1, p. 299-322, jan-abr. 2015.

MORAES, Fábio Farias de. A Indústria Carboquímica Catarinense (ICC): uma solução ou um problema? In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 400 p.

SANTA CATARINA. Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina. **Projeto de organização comunitária litoral Sul - SC**: relatório final: 1ª etapa. Florianópolis: 1974. 145 p.

SENADO FEDERAL. **V Encontro de estudos e debates**: o II PND e os programas de desenvolvimento regional no Estado de Santa Catarina. Brasília: Senado Federal, 1975. 263 p.